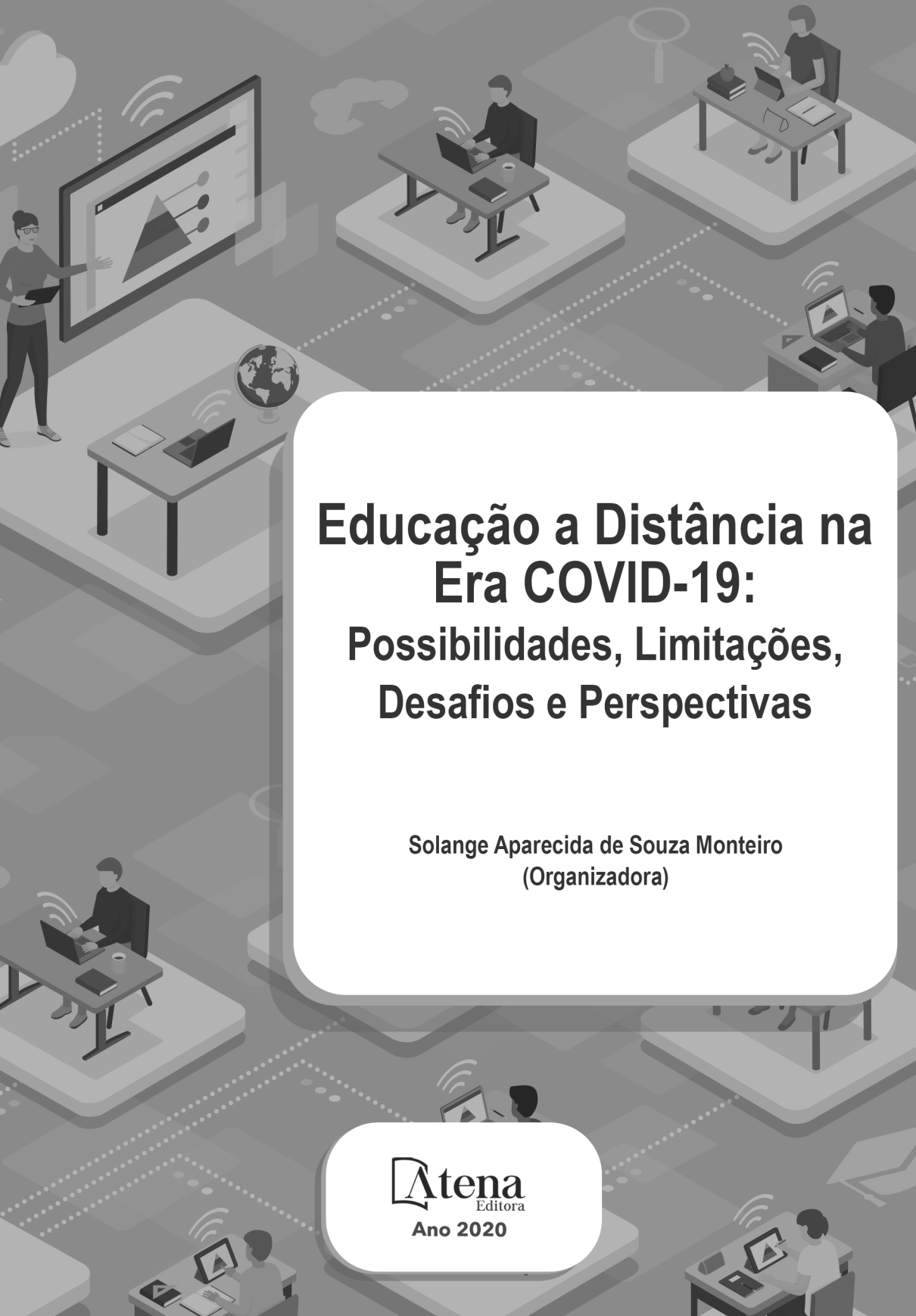


Educação a Distância na Era COVID-19: Possibilidades, Limitações, Desafios e Perspectivas

Solange Aparecida de Souza Monteiro
(Organizadora)

**Atena**
Editora
Ano 2020

The background features an isometric illustration of a remote learning environment. It shows several people at desks with laptops, some with wireless signals above them, indicating connectivity. A large screen on the left displays a presentation with a pyramid diagram. A globe is on a desk in the middle. The scene is set on a grid of light gray squares with dotted lines connecting various points, symbolizing a networked or digital space.

Educação a Distância na Era COVID-19: Possibilidades, Limitações, Desafios e Perspectivas

Solange Aparecida de Souza Monteiro
(Organizadora)

Atena
Editora

Ano 2020

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás

Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lúvia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior

Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará

Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco

Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal

Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba

Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão

Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo

Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana

Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí

Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo

Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Educação a distância na era COVID-19: possibilidades, limitações, desafios e perspectivas

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Luiza Alves Batista
Correção: Kimberlly Elisandra Gonçalves Carneiro
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizadora: Solange Aparecida de Souza Monteiro

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

E24 Educação a distância na era COVID-19: possibilidades, limitações, desafios e perspectivas / Organizadora Solange Aparecida de Souza Monteiro. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-605-8

DOI 10.22533/at.ed.058200112

1. Ensino à distância. 2. Educação. 3. COVID-19. I. Monteiro, Solange Aparecida de Souza (Organizadora). II. Título.

CDD 371.35

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos.

APRESENTAÇÃO

“Em quarentena, para meu próprio bem, o bem de minha família e o bem comum do meu país e das pessoas de todo o mundo”.

O primeiro caso de Covid-19 (doença infecciosa causada pelo coronavírus da síndrome respiratória aguda grave 2) no Brasil, foi em fevereiro de 2020. Um homem de 61 anos de São Paulo retornou da Itália e testou positivo para a SARS-CoV-2, causador da doença. Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde declarou o surto de pandemia (enfermidade epidêmica amplamente disseminada).

No dia 13 de março de 2020, o Ministério da Saúde regulamenta critérios de isolamento e quarentena que deverão ser aplicados pelas autoridades sanitárias em pacientes com suspeita ou confirmação de infecção por coronavírus. No dia 17 de março, uma portaria do Governo Federal torna crime contra a saúde pública a recusa ao isolamento e à quarentena. A norma prevê detenção de um mês a um ano, além de multa a quem descumprir medidas sanitárias preventivas e autoriza uso da força policial para cumprimento das determinações.

Desde então, estados e municípios passaram a decretar medidas preventivas contra o avanço da doença no país, medidas que promovam distanciamento social e evitem aglomerações. A partir daí, qualquer indivíduo ou sujeito será responsabilizado pelas consequências dos descumprimentos das regras. Todos os sujeitos tinham uma obrigação em comum, cuidar da sua saúde e do próximo e evitar a saída de casa a qualquer custo.

A pandemia da Covid - 19 trouxe à humanidade um novo aprendizado:

A urgência de todos se adequarem às Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC). A situação inédita desta geração do século XXI criou oportunidades para quem e estava acostumado a lidar com as TDIC como uma opção e instigou os que não tinham o costume a se apropriarem dos recursos tecnológicos de alguma forma. No âmbito da educação não poderia ser diferente, pois, mais do que nunca, vivemos a certeza de que a escola não é somente um prédio. Ensinar tornou -se mais um desafio diante de tantas incertezas sobre como viver o dia a dia. Surge, assim, a necessidade de se reinventar a escola. Embora já lidasse com as tecnologias digitais em determinados momentos, os profissionais da educação se depararam com a obrigatoriedade de se adaptar em, de modo radical a esses recursos.

Portanto, pais, alunos e professores que tiveram suas rotinas alteradas no ano letivo de 2020, por conta do novo coronavírus (SARS-CoV2), começam a sentir a importância da educação presencial e do espaço escolar. De fato, essas dificuldades sempre existiram, a diferença é que foram somadas a outros problemas de amplitudes mundiais. A reflexão nesse momento é, como ficará a educação após o fim do isolamento social provocado pelo coronavírus? Servirá apenas para impulsionar novas políticas públicas que sejam

mais efetivas? Por fim, os resultados dessa pandemia, mostrou o quanto a escola exerce um papel fundamental na vida do aluno, por inseri-los ao convívio social; por mostrar a importância do papel do professor como mediador, e que repense na relevância da formação inicial e continuada no que tange às novas tecnologias. Mais do que saber reconhecer os problemas, cabe aos políticos, corpo docente, alunos, responsáveis e população em geral, uma mudança de comportamento, ao ter consciência que, educar vem atrelado a uma ação. Um grande trabalho, está posto para aqueles que se aventurarem comigo nessa “viagem” intelectual e científica.

Boa leitura!!!

Solange Aparecida de Souza Monteiro

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

EDUCAÇÃO: OS IMPACTOS DA PANDEMIA DE COVID-19 NAS ESCOLAS

Solange Aparecida de Souza Monteiro

Silmário Batista dos Santos

Fabricio Augusto Correa da Silva

Valquiria Nicola Bandeira

Antonio Marcos Vanzeli

Débora Fernandez Antonon Silvestre

DOI 10.22533/at.ed.0582001121

CAPÍTULO 2..... 9

A NOVA REALIDADE E CAPACIDADE DE ADAPTAÇÃO FRENTE OS DESAFIOS DO ENSINO EM 2020

Mateus Catalani Pirani

Daniel Stipanich Nostre

DOI 10.22533/at.ed.0582001122

CAPÍTULO 3..... 20

AS ORIENTAÇÕES CURRICULARES NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS EM TEMPOS DE PANDEMIA: A EDUCAÇÃO POPULAR COMO PROCESSO DIALÓGICO

Adelson Gomes da Silva

Almira Albuquerque dos Santos

Maria Jeane Bomfim Ramos

Simone da Silva

Viviane Maria de Sant'Anna

DOI 10.22533/at.ed.0582001123

CAPÍTULO 4..... 30

ENSINO DE MATEMÁTICA MEDIADO POR TECNOLOGIAS: RELATO DE EXPERIÊNCIA DOS PROFESSORES DA EAGRO EM TEMPOS DE PANDEMIA

Wagner Gomes Barroso Abrantes

Jorge Luiz Cremonetti Filho

DOI 10.22533/at.ed.0582001124

CAPÍTULO 5..... 43

APRENDER EN TIEMPOS DE COVID-19: UN GRAN DESAFÍO

Paula Caballero Moyano

Carolina Gajardo Contreras

Paula Manriquez Novoa

DOI 10.22533/at.ed.0582001125

CAPÍTULO 6..... 54

ENSINO SUPERIOR EM TEMPOS DE PANDEMIA: UMA REFLEXÃO CRÍTICA

Regina Maria Teles Coutinho

DOI 10.22533/at.ed.0582001126

CAPÍTULO 7..... 63

FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES A DISTÂNCIA: RELATO DE UMA EXPERIÊNCIA EM PERÍODO DE ISOLAMENTO SOCIAL

Cláudia Terra do Nascimento Paz

Edivaldo Lubavem Pereira

DOI 10.22533/at.ed.0582001127

CAPÍTULO 8..... 73

INTERAÇÃO ENTRE OS ASPECTOS SOCIODEMOGRÁFICOS, SONOLÊNCIA DIURNA E NÍVEIS DE ATIVIDADE FÍSICA EM PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19

Ellen Nascimento da Silva

Ana Patrícia da Silva Souza

Mariluce Rodrigues Marques Silva

Simone Carla Peres Leite

Patrícia Celina de Lira

Roberta Karlize Pereira Silva

Karollainy Gomes da Silva

Péricles Tavares Austregésilo Filho

Matheus Santos de Sousa Fernandes

Ana Beatriz Januário da Silva

Waleska Maria Almeida Barros

Viviane de Oliveira Nogueira Souza

DOI 10.22533/at.ed.0582001128

CAPÍTULO 9..... 87

LINGUISTIC-INTERCULTURAL INTERACTIONS ONLINE: AN INCENTIVE TO DEVELOP LEARNERS' MOTIVATION AND AUTONOMY

Carolina Nogueira-François

DOI 10.22533/at.ed.0582001129

CAPÍTULO 10..... 106

IMPACTOS DA PANDEMIA DE COVID-19 EM ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS

Eduardo Ottobelli Chielle

Andreia Carla Liberalesso

Clair Fátima Zacchi

Ana Paula Ottobelli Chielle

DOI 10.22533/at.ed.05820011210

CAPÍTULO 11..... 117

O ENSINO DE ARTES NA PANDEMIA DO CORONAVÍRUS E AS PERSPECTIVAS FUTURAS

Taiele Pinheiro da Silva de Miranda Peçanha

Lucio Marques Peçanha

DOI 10.22533/at.ed.05820011211

CAPÍTULO 12.....	128
O ENSINO EM TEMPOS DE PANDEMIA: SOU PROFESSOR, E AGORA?	
Gislayne de Araujo Bitencourt Raquel Furtado Soares Trindade	
DOI 10.22533/at.ed.05820011212	
CAPÍTULO 13.....	139
O IMPACTO DA PANDEMIA NA EDUCAÇÃO: SAÚDE DOCENTE, NOVAS TECNOLOGIAS E DESAFIOS DA ESCOLA PÚBLICA BRASILEIRA	
Joilson Alcindo Dias	
DOI 10.22533/at.ed.05820011213	
CAPÍTULO 14.....	150
O PROGRAMA DE MONITORIA DA UFRA: REPENSANDO A PRESENCIALIDADE	
Thayane Carvalho de Faria Mota Maria Nádia Alencar Lima	
DOI 10.22533/at.ed.05820011214	
CAPÍTULO 15.....	162
PARTICULARIDADES DE LA ENSEÑANZA UNIVERSITARIA EN TIEMPOS DE PANDEMIA EN AMÉRICA LATINA	
Rosa Ynes Alacio Garcia Luz Andrea Hernández León Walace Rodrigues	
DOI 10.22533/at.ed.05820011215	
CAPÍTULO 16.....	177
UMA ALTERNATIVA, UM CAMINHO: APROVEITAMENTO DOS SISTEMAS DE RÁDIOS COMUNITÁRIAS NOS MUNICÍPIOS PARA AULAS DAS REDES PÚBLICAS ESTADUAIS DE ENSINO	
Elmar Silva de Abreu	
DOI 10.22533/at.ed.05820011216	
CAPÍTULO 17.....	185
DESAFIOS PARA O ENSINO DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19: UM RETRATO DAS DESIGUALDADES SOCIAIS NO BRASIL	
Jorgeanny de Fátima Rodrigues Moreira	
DOI 10.22533/at.ed.05820011217	
CAPÍTULO 18.....	196
EM TEMPOS DE COVID-19 E ENSINO EAD: A CRIATIVIDADE DA MONITORIA ACADÊMICA DE UM CURSO DE ENFERMAGEM	
Patrícia Britto Ribeiro de Jesus Manoel Luís Cardoso Vieira Wanderson Pereira da Silva Carolina Cabral Pereira da Costa Cilene Bisagni	

Diego Rocha Louzada Villarinho
DOI 10.22533/at.ed.05820011218

CAPÍTULO 19	208
COVID 19: EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA E UM NOVO COTIDIANO ACADÊMICO Danielle Alves Rodrigues Giovanna Nammoura Martins Ivana Correia Santos Maria Luisa Gazabim Simões Ballarin DOI 10.22533/at.ed.05820011219	
SOBRE A ORGANIZADORA	219
ÍNDICE REMISSIVO	220

CAPÍTULO 17

DESAFIOS PARA O ENSINO DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19: UM RETRATO DAS DESIGUALDADES SOCIAIS NO BRASIL

Data de aceite: 01/12/2020

Data de submissão: 08/11/2020

Jorgeanny de Fátima Rodrigues Moreira

Turismo Patrimonial e Socioambiental da
Universidade Federal do Tocantins, Câmpus de
Arraias - TO

<http://lattes.cnpq.br/8503948463067223>

RESUMO: Em março de 2020, o governo brasileiro identificou o rápido contágio da COVID-19 no país. Essa doença transmitida pelo novo coronavírus tomou proporções internacionais a partir de janeiro de 2020. E em fevereiro já haviam notificações de casos em que indivíduos apresentavam sintomas da doença no Brasil. Em meados de março que as medidas, orientadas pela Organização Mundial da Saúde, foram iniciadas, entre elas o isolamento social. O impacto do novo coronavírus na saúde, educação e economia foi inevitável: leitos hospitalares esgotados, ensino em modalidade virtual e o alto índice de desemprego. No que tange a educação, a medida tomada pelas Secretarias de Educação Estaduais e Municipais, mais tarde também pelo Ministério da Educação, foi o ensino remoto, modalidade esta já adotada por algumas instituições que ofertam o Ensino à Distância. Todavia, o que não se considerou na tomada dessa decisão é o fato de que o acesso à internet e aos equipamentos tecnológicos não é democratizado no país. Ao tentar salvar o ano letivo dos alunos, o Estado agrava e reforça a desigualdade social de ensino e educação. Tendo

em vista, buscamos refletir sobre o impacto da pandemia na educação, principalmente para a população mais carente do Brasil, e que faz uso das instituições públicas de ensino.

PALAVRAS-CHAVE: Coronavírus, Ensino Remoto, Democracia, Tecnologias, Vulnerabilidade Social.

CHALLENGES FOR TEACHING DURING THE COVID-19 PANDEMIC: A PORTRAIT OF SOCIAL INEQUALITIES IN BRAZIL

ABSTRACT: In March 2020, the Brazilian government identified the quick COVID-19 contagion in the country. This disease transmitted by the new coronavirus took international proportions as of January 2020. And in February, there were already notifications of cases in which individuals had symptoms of the disease in Brazil. However, in mid-March, the measures, guided by the World Health Organization, were initiated, including social isolation. The impact of the new coronavirus on health, education and the economy was inevitable: hospital beds exhausted, teaching in virtual modality and unemployment. With regard to education, the measure taken by the State and Municipal Education Departments, later also by the Ministry of Education, was the Remote Education, a modality already adopted by some institutions that offer Distance Education. Todavia, o que não se considera na tomada dessa decisão é o fato de que o acesso à internet e aos equipamentos tecnológicos não é democratizado no país. Ao tentar salvar o ano letivo dos alunos, o Estado agrava e reforça a desigualdade social de ensino e educação. However, what is not considered when making this decision is the fact

that access to the internet and technological equipments is not democratized in the country. In trying to save the students' school year, the State aggravates and reinforces the social inequality of teaching and education. In view of this, we seek to reflect on the impact of the pandemic on education, mainly for the poorest population in Brazil, which makes use of the public educational institutions.

KEYWORDS: Coronavirus, Remote Teaching, Democracy, Technologies, Social vulnerability.

1 | INTRODUÇÃO

Em dezembro de 2019, o governo chinês alertou a Organização Mundial da Saúde (OMS) acerca de uma doença de rápido contágio em que a pneumonia era o seu principal sintoma. Essa doença, transmitida pelo novo Coronavírus¹ logo transformou-se, devido à sua rápida transmissão como a gripe, em uma pandemia. Em janeiro, os primeiros casos fora da China, na Europa, foram detectados. E no Brasil, o primeiro caso foi identificado em São Paulo² no mês de fevereiro.

A partir do conhecimento deste caso, inúmeras medidas foram tomadas conforme a orientação das autoridades sanitárias brasileiras (instâncias federais, estaduais e municipais). A principal recomendação da Organização Mundial da Saúde foi a defesa do distanciamento social. Essa prática logo foi a mais difundida pelos profissionais de saúde, com o objetivo de minimizar os impactos da doença e impedir o aumento acelerado de contaminação pelos brasileiros.

Na educação, as aulas presenciais foram suspensas, e o trabalho remoto passou a ser uma realidade para professores do ensino básico e superior. O comércio passou por um período de *lockdown*³ em alguns estados, com a reabertura gradativa e considerando o rodízio de serviços (partindo do essencial ao supérfluo)⁴. Em muitos casos lojas fecharam definitivamente, tendo em vista o impacto do vírus na intensificação da crise econômica.

A partir da pressão de sociedade civil e do governo, as aulas foram retomadas na modalidade de ensino remoto. Professores passaram a ministrar suas aulas em aplicativos de mensagens instantâneas, e-mail e plataformas de vídeo conferências. No caso de muitas escolas e universidades privadas, plataformas virtuais institucionais e próprias foram utilizadas. Nas escolas públicas, em que material e equipamentos tecnológicos para ensino são de uso coletivo, dentro dos espaços escolares, o ensino remoto tornou-se um grande reflexo da desigualdade social.

1. "Os coronavírus são uma grande família de vírus comuns em muitas espécies diferentes de animais. Raramente, os coronavírus que infectam animais podem infectar pessoas, mas em dezembro de 2019 houve a transmissão de um novo coronavírus (SARS-CoV-2), o qual foi identificado em Wuhan na China e causou a COVID-19" (Ministério da Saúde, 2020).

2. O primeiro caso de Covid-19 no Brasil foi reportado à Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo pelo Hospital Albert Einstein. O paciente contaminado havia retornado de viagem pela Europa onde contraiu a doença (Ministério da Saúde, 2020).

3. Significa o bloqueio total das atividades por um tempo determinado, e consiste em um protocolo de segurança para impedir as aglomerações e circulação de pessoas em lugares públicos.

4. Os lugares públicos considerados essenciais são supermercados, farmácias e hospitais; os espaços considerados supérfluos foram salões de beleza, academias, restaurantes, lanchonetes, cinemas, por exemplo.

Com base na análise de alguns dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, e em reflexões desenvolvidas com alunos dos cursos de Pedagogia e Turismo Patrimonial e Socioambiental da Universidade Federal do Tocantins, Câmpus Arraias, questionamos a qualidade de ensino, os problemas e desafios que estudantes e professores enfrentam, e que deverão superar para minimizar os impactos causados pelo ensino à distância. Mas antes disso, faremos uma revisão bibliográfica criteriosa sobre democratização do ensino e a educação como princípio de emancipação humana.

O objetivo central é explicar como o ensino remoto no Brasil reforça a desigualdade social e intensifica a disparidade entre escolas públicas e privadas. Enquanto os estudantes das instituições privadas terão acesso aos conteúdos escolares e aulas dinâmicas (*podcasts*, vídeo aulas, *quizzes*, *blogs* individuais com relatos de experiência, plataformas de Ambiente Virtual de Aprendizagem, etc.), os alunos das escolas públicas deverão escolher entre utilizar a internet do celular para assistirem as aulas online e ao vivo, ou responder as atividades de modo assíncrono.

Tendo em vista tais inquietações entendemos que, em um Estado democrático, a educação deve estar para além da transmissão de conhecimento sobre conteúdos específicos de professores para alunos, mas comprometida com a emancipação e autonomia do cidadão. Sem acesso a ferramentas básicas para o cumprimento do currículo, dificilmente a formação - que será ofertada durante o período de isolamento social em razão da pandemia da COVID-19 -, cumprirá com o ideal da democratização da educação.

21 AS CONTRADIÇÕES QUE PERPASSAM A DEMOCRATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO

No Estado Democrático de Direito, a vontade soberana emerge do povo o qual, por meio do voto popular escolhe os seus representantes nas diversas esferas públicas e políticas. Nas palavras de Rousseau (1982, p. 115)

ao lado da monarquia e da aristocracia, a democracia é, de acordo com a doutrina do Contrato, uma 'forma de governo' legítima, contendo vantagens e desvantagens (...) Em compensação, a soberania da vontade geral é essencialmente 'democrática', no sentido de que constitui-se como uma expressão da participação ativa de todos os 'cidadãos' ou membros da sociedade política, na condução dos destinos desta sociedade.

Nessa perspectiva, a democracia pressupõe a igualdade entre os seus membros, os cidadãos, na medida em que exercem o direito ao voto. Todavia, o autor reconhece que na origem de todas as sociedades, seja na monarquia como em uma democracia, a desigualdade é marcada pela existência de "privilégios, de que gozam alguns em prejuízo de outros, como o de serem mais ricos, mais homenageados, mais poderosos ou mesmo o de se fazerem obedecer" (ROUSSEAU, 1989, p.48).

O Brasil, desde o seu processo de independência em relação à Portugal, assumiu o modelo de República e o regime de governo é o presidencialismo. Entretanto, quando do início desse processo, a República Velha, a escolha do presidente – no escopo das esferas Legislativa, Judiciário e Executivo – foi exclusivo aos homens alfabetizados, maiores de 21 anos e que não fossem religiosos, militares, indígenas e negros. Até a Constituição Federal de 1988, com a redemocratização do país - a democracia no Brasil foi interrompida entre 1937 e 1945 (Estado Novo) e 1964 e 1984 (Ditadura Militar) -, analfabetos ainda não tinham direito ao voto. É a partir de 1989 que o país passou a ter, efetivamente, uma democracia baseada no sufrágio universal.

Nesse processo de democratização e redemocratização, a educação sofreu inúmeras intervenções como leis, planos e diretrizes que estabeleciam o currículo e os conteúdos que deveriam ser ensinados nas escolas⁵. Sobretudo, quando na Constituição Federal de 1988 a educação é entendida como um direito de todos e dever do Estado. Em seu artigo 206, o ensino deverá ser ministrado seguindo os princípios de:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;

III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

V - valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei;

VII - garantia de padrão de qualidade;

Seguindo estes fundamentos, a Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) (Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996), ainda que tenha ficado lacunas, estabelece que a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem, além do seio familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações de sociedade civil e nas manifestações culturais. Ainda, a educação

5. Neste texto trataremos da Educação a partir da redemocratização do Brasil em 1988 com a Constituição Federal. Entendemos que a História da Educação é um longo processo e que deve ser revisitado, por isso indicamos a leitura de História da Educação de Otaíza de Oliveira Romanelli; e História das Ideias Pedagógicas no Brasil de Dermeval Saviani.

escolar está vinculada não apenas a formação do cidadão para o trabalho, mas também para a prática social.

As condições de acesso e a garantia de permanência são colocadas tanto na Constituição Federal como pela própria LDB como papel do Estado, inclusive ao destacarem que os padrões mínimos de qualidade de ensino envolvem os insumos necessários (material didático-pedagógicos, tecnologias, alimentação, transporte) ao desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem.

Destarte, a democratização da educação pressupõe o acesso ao ensino de qualidade por todos os cidadãos brasileiros, sejam eles capazes de manterem-se em instituições privadas ou não. Sendo assim, cabe às instituições públicas de ensino garantir que os indivíduos, que não possam arcar com as despesas do ambiente escolar particular, tenham acesso as mesmas condições com qualidade.

O mais recente documento, relativo aos princípios e diretrizes que regem a educação brasileira, é o Plano Nacional de Educação (Lei Nº13.005/2014) que tem como diretrizes a universalização do atendimento escolar, a superação das desigualdades educacionais com ênfase na promoção da cidadania, melhoria da qualidade de educação, formação para o trabalho e para a cidadania, promoção do princípio da democratização da educação pública.

Os documentos analisados até aqui associam a educação, e o seu acesso democrático, ao exercício da cidadania, e este aparece vinculado a ideia de trabalho e profissionalização. O que seria então uma educação cidadã? Apenas a preparação do sujeito para o mercado de trabalho, para o voto popular e para a vida em sociedade? Qual o papel da escola pública nesse tipo de formação? A sua função social é a socialização dos conhecimentos, ou a preparação do indivíduo para sua emancipação e autonomia?

Tonet (2005) alerta para a dimensão social do conceito de cidadania, mesmo que as concepções sejam dotadas de teor puramente político, não se deve afastar a sua base natural que é a sociabilidade. É válido ressaltar que é o trabalho que faz a mediação no processo indivíduo-natureza-sociedade, e que este tem papel importante para a sociabilidade. É inevitável associar a emancipação humana ao mundo do trabalho, mas conforme nos lembra Saviani (2017, p. 654)

quando dizemos que queremos uma escola que prepare os indivíduos para o exercício da cidadania, estamos dizendo que queremos uma escola que forme indivíduos autônomos, capazes de iniciativa, o que implica que sejam conhecedores da situação para poderem tomar decisões, interferindo ativamente na vida social. Tudo isso é reforçado pelo acréscimo do adjetivo “consciente”, pois a expressão legal “exercício consciente da cidadania” sugere o objetivo educativo de formar cidadãos ativos, autônomos, críticos e transformadores.

Assim, a educação como processo de formação para a cidadania deve preocupar-se com a capacidade crítica e de transformação social do indivíduo. Leite (1980) reforça

que cidadania no seu sentido amplo é o exercício pleno dos direitos e deveres de cidadão incluindo a participação efetiva em todo o processo social como sujeito histórico, de forma crítica e consciente. O enfoque dado por esse autor é a escola pública, uma vez que ela tem um papel importante na formação de milhões de brasileiros sem acesso ao ensino privado. Mas, qual o tipo de formação é possível oferecer aos estudantes nestes espaços? Será que a mesma educação dada aos alunos das escolas privadas também é fornecida aos filhos da classe trabalhadora nas instituições públicas de ensino, quando faltam insumos, equipamentos, laboratórios, bibliotecas, servidores com remuneração adequados e docentes valorizados? Com o ensino remoto, o desafio é ainda maior, já que o acesso às tecnologias é um privilégio para poucos.

A pluralidade de ideias, concepções políticas e culturais do ponto de vista idealista-liberal sobre o papel da escola aborda este espaço como um instrumento de democratização e integração social. Mas, na prática a educação como processo de emancipação humana, nas instituições públicas de ensino onde há tanta carência e desvalorização dos profissionais, sofre resistências e a transformação social fica condenada ao fracasso. Adorno (1995, p. 141-142) faz colocações importantes ao explicar que as escolas não devem ser apenas para

mera transmissão de conhecimentos, cuja característica de coisa morta já foi mais do que destacada, mas a produção de uma consciência verdadeira. Isto seria inclusive de maior importância política; sua ideia, se é permitido dizer assim, é uma exigência política. Isto é: uma democracia com o dever de não apenas funcionar, mas operar conforme seu conceito, demanda pessoas emancipadas. Uma democracia efetiva só pode ser imaginada enquanto uma sociedade de quem é emancipado.

Assim sendo, o acesso democratizado ao ensino deve proporcionar condições necessárias para a formação de um sujeito crítico e capaz de transformar a sua realidade social e cultural. A ruptura com o processo ensino-aprendizagem nos espaços escolares, o risco de evasão e o não acompanhamento adequado dos estudantes no ensino remoto, acentuarão as desigualdades sociais no Brasil. Crianças e jovens que estão em condições de vulnerabilidade sofrerão as consequências de uma medida não planejada.

3 | ENSINO REMOTO E A COVID-19: A EDUCAÇÃO COMO REFLEXO DAS DESIGUALDADES SOCIAIS NO BRASIL

Haja vista que a democracia pressupõe o acesso à educação de qualidade como um direito de todos, e que deve ser garantida pelo Estado, a escola pública, ainda hoje, representa também contradições e desigualdades sociais. A igualdade de oportunidades e de acesso às tecnologias, por exemplo, não acompanha o ritmo acelerado das instituições privadas de ensino que já possuem equipamentos e profissionais qualificados para a mediação pedagógica junto aos seus alunos.

As escolas públicas, além de apresentarem espaço físico e de material (tecnológicos, didáticos e pedagógicos) em desvantagem, tem o corpo docente mal remunerado, com acúmulo de funções e diante de total desprezo pela sociedade, ao serem comparados com simples doutrinadores ideológicos e políticos. A pandemia pela COVID-19 acentuou os problemas históricos das instituições públicas de ensino.

Com a orientação de isolamento social adotada por órgãos sanitaristas de estados e municípios brasileiros, as secretarias de educação estipularam o ensino remoto como forma de manter as aulas e não “prejudicar” os alunos matriculados. No entanto, muitos estudantes se depararam com os entraves e desafios dessa modalidade de ensino. Afinal, o ensino remoto em ambiente virtual exige uma boa conexão à rede de internet e aos equipamentos tecnológicos, como computadores, *tablets* ou *smartphones*.

Em pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2017, 43,4% dos domicílios brasileiros possuíam computadores, 13,7% *tablets* e 93,2% telefones móveis (mas não necessariamente *smartphones*). Nesta mesma pesquisa o instituto averiguou que 74,9% das residências tem acesso à internet. Um dos motivos apresentados pelas famílias que não possuíam acesso à rede é o alto preço cobrado mensalmente pelas empresas que fornecem esse serviço.

Em 2018, o número de domicílios com acesso à internet subiu para 79,1%. Todavia, o número de casas com equipamentos como o computador diminuiu para 41,7% no mesmo ano (Figura 1). Esses dados corroboram com a hipótese de que os brasileiros têm utilizado a internet, por meio dos *tablets* e, principalmente, pelos celulares *smartphones*. Estes números revelam ainda, que a democratização das tecnologias no Brasil não é real, e que o impacto do ensino remoto na aprendizagem de crianças e adolescentes é um fator que deve ser considerado pelos órgãos ligados à educação.

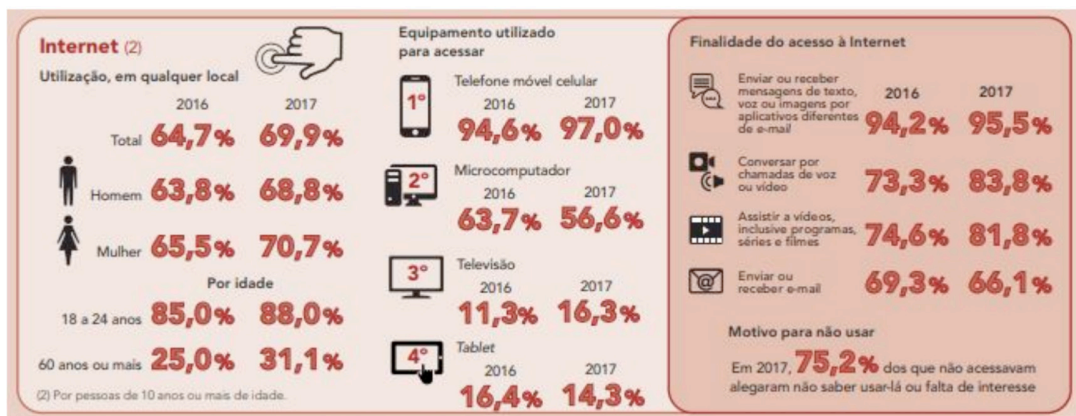


Figura 1. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016/2017.

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, 2020.

Além da hipótese levantada acerca do aumento do número de domicílios com internet é o acesso ao pacote de dados das operadoras de telefonia móvel. O IBGE, com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – Tecnologia da Informação e Comunicação (Pnad Contínua TIC) divulgou em abril de 2020 que 46 milhões de brasileiros não tem acesso à internet. O impacto ainda é maior na Região Norte do país quando 13,8% não acessam a rede porque este serviço não está disponível onde vivem. As desigualdades ainda são mais intensas se comparadas as áreas urbanas e rurais. 12% da população rural não tem internet em seus domicílios.

Além da dificuldade de acesso às tecnologias, os estudantes, principalmente aqueles dos primeiro e segundo ciclos do Ensino Fundamental⁶, enfrentam a pouca orientação em casa, pois os pais ou cuidadores não possuem familiaridade com os recursos tecnológicos.

Com base nos dados divulgados pelo IBGE, endossados pelos meios de comunicação – jornais, *blogs*, *vlogs* -, e na experiência como docente dos cursos de Pedagogia e Turismo Patrimonial e Socioambiental da Universidade Federal do Tocantins (Arraias), além da colaboração junto ao Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (Parfor), é inevitável tecer reflexões sobre as contradições e acirramento das desigualdades sociais reforçadas pelo ensino remoto.

A democratização na educação considera o acesso da população às instituições de ensino e as práticas do processo ensino-aprendizagem nestes espaços. Todavia, quando passa a utilizar ferramentas tecnológicas fora do espaço escolar ou universitário, a eficácia deste processo é questionável, uma vez que parcela da população (conforme já apresentado na figura 1), não dispõe das tecnologias necessárias para a inclusão no modelo remoto de ensino.

Uma das questões que causou grande polêmica, desde a suspensão das aulas presenciais, foi a data em que aconteceria a aplicação do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). Os estudantes das instituições privadas de ensino não viram empecilhos em manter a data. No entanto, alunos das escolas públicas manifestaram suas preocupações, já que permaneceram alguns meses sem aulas. Em uma consulta popular divulgada no site do Ministério da Educação e do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), a data de aplicação do exame foi adiada para 17 e 24 de janeiro, e a versão digital, uma novidade apresentada para este ano, acontecerá nos dias 31 de janeiro e 07 de fevereiro (INEP, 2020).

Entretanto, o adiamento destas datas não irá minimizar os impactos provocados pela COVID-19 na educação, uma vez que a qualidade de ensino já foi comprometida. Na realidade implicará na suspensão do isolamento social, uma vez que, sob o ponto de vista das questões sanitárias, o acesso destes estudantes aos locais onde serão realizados os exames deverá promover aglomerações e incentivar o alto contágio da doença.

6. O Ciclo I refere-se aos cinco primeiros anos de estudos (1º ao 5º ano); Ciclo II engloba do 6º ao 9º ano. Em relação a idade dos estudantes destes ciclos são de 5 à 16 anos de idade.

Em meio a pandemia e com o distanciamento social como medida adotada pela Organização Mundial da Saúde e por epidemiologistas brasileiros para evitar o contágio do novo coronavírus, alterar a data não muda o fato da necessidade de aglomeração para a realização dos exames. Sem condições sanitárias adequadas não há possibilidade de se realizar as provas. Ainda, os alunos das escolas públicas permanecerão prejudicados, pois tiveram o calendário acadêmico suspenso e um retorno abrupto na modalidade à distância, sem apoio do Estado para a inclusão digital. Professores e alunos não foram providos das tecnologias e equipamentos necessários para o bom funcionamento das atividades curriculares.

As aulas em ambiente virtual para os alunos da rede pública de ensino, que tinham acesso aos computadores e internet apenas nos espaços escolares, representam um retrocesso no sentido de aprendizagem. Sem os recursos tecnológicos de qualidade, os estudantes perdem conteúdo, não avançam nas atividades propostas e não se preparam para um exame complexo e extenso como Enem. Ademais, apesar de que todos os estudantes serão afetados devido a suspensão das aulas presenciais, a população mais carente, e que está em situação de vulnerabilidade social e econômica, sentirá mais os impactos e o distanciamento do acesso às universidades.

Assim sendo, a educação brasileira vai ser o reflexo, a médio e longo prazo, dos efeitos da COVID-19 para reforçar as desigualdades sociais no Brasil. Ainda que, o ensino remoto seja uma medida paliativa para que alunos e professores não comprometam o ano letivo, uma decisão sem o devido planejamento, ou a construção de um plano emergencial para garantir o acesso às tecnologias necessárias para acompanhamento de aulas e atividades, reforçou o descaso do poder público sobre as demandas da educação no país. Demonstrou-se assim, que a educação ainda não é uma prioridade e que a democratização educacional permanece distante de sua efetivação.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa recente pesquisa sobre as desigualdades reforçadas pelo ensino remoto nos permitiu refletir sobre os impactos do ensino remoto no processo de ensino-aprendizagem de jovens em situação de vulnerabilidade social. Tentar responder aos questionamentos que surgiram tem sido tarefa árdua. Afinal, o modelo de ensino imposto como medida para “salvar” o ano letivo de estudantes e professores tem se apresentado como um grande difusor das desigualdades sociais.

Em todo o processo histórico da educação no Brasil acompanhamos o descaso da classe dominante em relação aos filhos dos trabalhadores. Qual a educação e o modelo de ensino encontramos nas escolas públicas? Existe o mínimo de qualidade quando os profissionais estão sobrecarregados exercendo atividade de ensino e gestão, com carga horária extra, uma vez que não são bem remunerados? Os espaços escolares estão

sucateados, com ausência de materiais didático-pedagógicos, de laboratórios adequados ou bibliotecas equipadas. A democratização da educação é limitada mesmo no modelo presencial de ensino, uma vez que a qualidade é negada.

Na modalidade do ensino remoto ou híbrido, como alguns governos defendem, estas desigualdades são apenas reforçadas ou ainda mais evidenciadas. Afinal, como acompanhar as aulas sem os recursos necessários para tal. Ainda, como professores poderão oferecer uma atividade dinâmica se também lhe faltam os recursos? Com remuneração baixa, os profissionais da educação não conseguem investir em seus próprios equipamentos, material para estudos ou em metodologias ativas para facilitar a mediação pedagógica.

A “solução” para o retorno do calendário acadêmico foi uma imposição, pois não houve uma audiência pública ou de consulta popular para ouvirem a comunidade, professores, pais e alunos sobre a possibilidade de aulas em ambiente virtual. Além disso, não aconteceu planejamento, organização e nem estratégias para resolver os problemas de quem não tem acesso às tecnologias digitais. A democratização na educação é garantir que todos tenham as mesmas condições de acesso ao processo de ensino-aprendizagem e a tudo que isso implica.

Portanto, o questionamento sobre a quem o ensino remoto serve nos remete aos modelos educacionais de outrora, de quando a educação era restrita aos grupos dominantes, e a alfabetização da população era considerada uma ameaça ao *status quo*. Democratizar a educação exige políticas públicas eficazes e orientadas para a inclusão. Neste momento, a inclusão digital perpassa todo o processo de ensino e aprendizagem, já que é ela que garantirá a interação pedagógica necessária para que as aulas possam acontecer.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W. **Educação e Emancipação**. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

BRASIL. MEC. INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). Brasília: MEC, 2020.

BRASIL. Lei Federal 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o **Plano Nacional de Educação** - PNE e dá outras providências. Brasília, DF, 25.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, **LDB**. 9394/1996.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. PNAD – Acesso à Internet e à televisão e posse de telefone móvel celular para uso pessoal 2017. Disponível em https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101631_informativo.pdf. Acesso em 30 de novembro de 2020.

LEITE, Sérgio Antônio da Silva. A escola e a formação da cidadania ou para além de uma concepção reprodutivista. In *Psicologia: ciência e profissão*. V. 9, nº 3, Brasília, 1989. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98931989000300007. Acesso em 05 de outubro de 2020.

ROUSSEAU, Jean-Jacques . Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens. Trad. de Iracema Gomes Soares e Maria Cristina Nagle. Brasília: Básica Universitária / São Paulo: Ática, 1989.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. Considerações sobre o Governo da Polônia e sua reforma projetada. Trad. Luiz Roberto Salinas Fortes. São Paulo: Brasiliense, 1982.

SAVIANI, Dermeval. Democracia, educação e emancipação humana: desafios do atual momento brasileiro. In **Psicologia Escolar e Educacional**, SP. Volume 21, Número 3, Setembro/Dezembro de 2017: 653-662.

TONET, Ivo. Educar para a cidadania ou para a liberdade? In **Perspectiva**, Florianópolis, v. 23, n. 02, p. 469-484, jul./dez. 2005. Disponível em: <https://ced.ufsc.br/nucleos/nup/perspectiva.html>. Acesso em 05 de novembro de 2020.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Adulto 74

Alternativa 1, 6, 15, 27, 33, 37, 39, 64, 68, 69, 70, 136, 177, 184, 215

Aprendizagem 1, 3, 4, 12, 14, 17, 19, 23, 25, 30, 34, 35, 36, 37, 39, 40, 52, 54, 55, 58, 60, 61, 63, 65, 66, 67, 68, 70, 71, 72, 106, 107, 109, 110, 113, 117, 118, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 139, 140, 141, 143, 144, 145, 147, 148, 149, 150, 151, 155, 156, 158, 177, 178, 180, 181, 184, 187, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 196, 197, 198, 199, 200, 202, 205, 206, 207, 208, 212, 213, 214, 215, 216

Aprendizaje 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 164, 166, 167, 168, 169, 170, 172, 174, 175

Arte 87, 117, 118, 119, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 188

Aulas Remotas 3, 20, 22, 23, 25, 26, 28, 32, 55, 57, 58, 60, 61, 110, 111, 113, 141, 142, 208, 211, 212, 214, 215

Autonomia 16, 32, 35, 37, 56, 61, 87, 113, 125, 130, 133, 135, 160, 184, 187, 189, 199, 200

C

Coronavírus 4, 5, 6, 8, 18, 22, 23, 30, 31, 40, 41, 84, 85, 107, 112, 114, 115, 117, 118, 119, 120, 123, 128, 129, 132, 138, 139, 162, 163, 185, 186, 193, 197, 207, 209, 216, 217

COVID-19 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 20, 21, 22, 23, 30, 31, 33, 39, 40, 41, 43, 44, 45, 46, 48, 49, 51, 52, 53, 58, 67, 73, 74, 75, 81, 83, 84, 85, 86, 106, 107, 108, 112, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 123, 124, 125, 126, 127, 129, 132, 137, 138, 140, 150, 157, 158, 163, 164, 167, 168, 169, 170, 171, 175, 176, 177, 178, 185, 186, 187, 190, 191, 192, 193, 196, 197, 200, 201, 205, 207, 209, 210, 216, 217, 218

D

Desafios 3, 9, 20, 22, 25, 43, 46, 47, 56, 59, 68, 114, 117, 118, 119, 120, 121, 124, 125, 133, 136, 137, 139, 140, 148, 185, 187, 191, 195, 205, 207, 216

Direitos Humanos 9, 15, 16, 17, 18, 19

E

Educação a Distância 1, 7, 63, 64, 66, 67, 68, 69, 71, 72, 160, 184

Educação Popular 20, 22, 26, 27, 28

Educação Remota 1, 4, 5, 157

EJAI 20, 21, 22, 23, 25, 26, 28, 29

Ensino 1, 3, 6, 9, 14, 18, 23, 34, 39, 54, 57, 61, 113, 127, 128, 133, 137, 138, 150, 151, 163, 185, 192, 198, 208, 210, 211, 214, 216, 219

Ensino à Distância 3, 9, 11, 13, 14, 120, 131, 133, 185, 187, 198, 205, 214

Ensino Remoto 1, 30, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 120, 128, 129, 132, 136, 157, 185, 186, 187, 190, 191, 192, 193, 194, 208, 214, 215, 216, 217

Estratégias 2, 25, 40, 61, 108, 125, 128, 129, 133, 136, 137, 150, 156, 158, 159, 160, 178, 194, 196, 198, 199, 200, 201, 205, 210, 214, 216

Estudantes 2, 4, 5, 6, 7, 9, 14, 18, 20, 22, 23, 25, 26, 28, 32, 70, 87, 106, 107, 108, 109, 112, 113, 114, 117, 118, 120, 121, 122, 125, 126, 130, 132, 134, 135, 136, 139, 140, 143, 145, 148, 157, 162, 187, 190, 191, 192, 193, 198, 199, 200, 208, 210, 212, 214, 216, 217

Exclusão Social 20, 25, 26, 28

Exercício Físico 74, 84

F

Formação Continuada 57, 59, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 219

Formação Docente 54, 56, 63, 69, 176

I

Infecções por Corona Vírus 74

Interação On-line 87

Interculturalidade 87

Internet 2, 4, 6, 9, 10, 11, 12, 13, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 26, 34, 35, 37, 38, 44, 51, 53, 68, 107, 113, 114, 117, 118, 121, 125, 131, 132, 136, 141, 144, 145, 157, 158, 164, 169, 170, 171, 173, 177, 180, 181, 184, 185, 186, 187, 191, 192, 193, 194, 212, 216, 218

Isolamento Social 2, 14, 20, 22, 25, 28, 31, 32, 33, 39, 63, 65, 67, 70, 74, 76, 81, 82, 83, 84, 107, 108, 112, 119, 128, 150, 159, 160, 185, 187, 191, 192, 200, 205, 212

J

Jovens 3, 9, 10, 11, 14, 18, 20, 21, 22, 23, 25, 26, 28, 29, 30, 34, 38, 78, 83, 123, 177, 178, 179, 180, 181, 183, 184, 190, 193

M

Matemática 30, 33, 34, 35, 36, 37, 39, 40, 41, 65, 67

Monitoria 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 196, 197, 198, 201, 202, 205, 206, 207

Motivação 87, 157

N

Novo Normal 117, 123, 125, 126, 200

Novos Desafios 9

O

Orientações Curriculares 20, 22, 23, 24, 25, 29

P

Pandemia 1, 2, 3, 5, 6, 8, 9, 10, 18, 20, 21, 22, 23, 25, 28, 30, 31, 32, 33, 39, 40, 41, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 51, 54, 55, 73, 74, 75, 76, 82, 83, 84, 106, 107, 108, 109, 110, 112, 113, 114, 115, 117, 118, 119, 120, 121, 123, 124, 128, 129, 131, 132, 133, 137, 138, 139, 140, 144, 148, 150, 156, 157, 159, 162, 163, 164, 167, 169, 170, 171, 173, 177, 178, 179, 180, 183, 185, 186, 187, 191, 193, 197, 200, 201, 205, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216

Paradigma 54, 55, 56, 57, 69, 205

Plataformas Digitais 150, 160

Psicologia Topológica 177, 179, 184

Q

Qualidade do Sono 74, 76, 83, 84, 109, 112

Qualificação Profissional 139

S

Saúde Docente 139, 142

Sonolência 73, 74, 76, 78, 81, 82, 83, 84

T

Tecnologia 4, 9, 11, 12, 13, 15, 28, 30, 32, 38, 40, 49, 57, 60, 61, 67, 70, 110, 120, 121, 124, 125, 129, 130, 133, 137, 138, 140, 152, 156, 157, 192, 196, 198, 205, 215, 217

Tecnologias de Ensino 1, 128, 202

TIC 13, 44, 46, 50, 51, 68, 139, 144, 145, 146, 148, 192

U

Universidades 4, 10, 12, 46, 47, 49, 50, 51, 106, 107, 112, 113, 114, 120, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 175, 176, 186, 193, 196, 197, 199, 200, 205, 210

Educação a Distância na Era COVID-19: Possibilidades, Limitações, Desafios e Perspectivas

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 


Ano 2020

Educação a Distância na Era COVID-19: Possibilidades, Limitações, Desafios e Perspectivas

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 


Ano 2020